



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

**REFLEXÕES ACERCA DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO À
POPULAÇÃO TRANSEXUAL: relatos de uma experiência em campo**

Proponentes:

Camilla Garcino da Silva

Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado Rio de Janeiro - 2014
Residente de segundo ano em Serviço Social no Hospital Universitário Pedro Ernesto –
2015/2017

camillagarcino@hotmail.com

Telefone: (21) 994481100

Monaliza Argollo dos Santos

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - 2014
Residente de segundo ano em Serviço Social no Hospital Universitário Pedro Ernesto –
2015/2017

monalizaargollo@hotmail.com

Telefone: (21) 991574070

Márcia Cristina Brasil Santos

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense – 1997
Mestre em Serviço Social pela UFRJ – 2001
Doutoranda em Serviço Social pela UERJ

mcristinabrasil@hotmail.com

Telefone: (21) 998710165

Natureza do trabalho:

Relato de experiência

Eixo VII : Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades

Tema: Gênero



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



REFLEXÕES ACERCA DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO À POPULAÇÃO TRANSEXUAL: relatos de uma experiência em campo

Resumo:

O presente artigo é resultado da experiência de Residência em Serviço Social e objetiva refletir acerca da atuação do Serviço Social junto às pessoas que vivenciam a experiência transexual numa das 4 unidades de saúde credenciadas pelo ministério da saúde para realização do processo transexualizador, abordando a importância pela busca da construção e materialização da política de saúde LGBT para garantia de direitos.

Palavras-chave: Serviço Social, Transexualidade, Políticas Públicas, gênero e sexualidade.

Abstract:

This article is the result of the residence experience in social and objective service to reflect on the social service activities with people who vienciam the transsexual experience in one of the four units accredited by the health ministry to conduct the transsexuals process, addressing the importance of the search construction and materialization of LGBT health policy to guarantee rights.

Key-words: Social work, transsexuality, public policy, genre and sexuality



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como um de seus eixos de análise o Processo Transexualizador, considerando este enquanto um programa que compõe a política de saúde brasileira e inclui procedimentos de diferentes graus de complexidade e ampla diversidade técnica, como parte da assistência em saúde destinada a pessoas que vivenciam a experiência transexual.

No Brasil existem apenas quatro unidades de Atenção Especializada para o atendimento das necessidades específicas de saúde de pessoas transexuais e travestis, sendo o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) a única instituição do Estado do Rio de Janeiro credenciada pelo Ministério da Saúde para realizar a cirurgia de transgenitalização (popularmente conhecida como cirurgia de “mudança de sexo”).

O Programa de Residência em Serviço Social do HUPE é constituído por diferentes áreas de atuação e neste cenário de prática estamos inseridas na saúde do adulto, especificamente na Urologia. Deste modo, as reflexões ora apresentadas têm por finalidade evidenciar o trabalho realizado no Processo Transexualizador.

A cirurgia de transgenitalização é regulamentada pela portaria nº 457 de 2008 e ampliada em 2013 pela portaria nº 2.803, o processo transexualizador estabelece diretrizes dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), como, por exemplo, a presença de uma equipe multiprofissional, composta por médicos de diferentes especialidades, assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras, que devem acompanhar estes usuários e usuárias durante todo o seu tratamento na rede de saúde.

Por processo transexualizador entende-se “o conjunto de alterações corporais e sociais que possibilitam a passagem do gênero atribuído para o gênero



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

identificado; a cirurgia de transgenitalização não é a única etapa deste processo” (BENTO, 2008, p. 146), cabendo ao sistema de saúde e demais segmentos das políticas públicas (educação, assistência social, previdência social, entre outras), além do Poder Judiciário, uma ampla e complexa rede de ações que deem suporte ao sujeito demandante dessa assistência.

Para o debate acerca desta temática, torna-se necessário refletir sobre dois conceitos fundamentais: gênero e sexualidade. Entende-se por gênero, um modo de ser e atuar diferenciado, decorrente de uma construção social e histórica de caráter relacional que se configura a partir das significações e da simbolização cultural das diferenças anatômicas (BARBOSA, 2005, p. 50). E sexualidade configura-se por estar presente na vida do indivíduo em um conjunto que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução.

Neste sentido, afirma-se que ser homem ou ser mulher é muito mais do que a decorrência de ter nascido com pênis ou com vagina. Ser homem ou ser mulher é o produto de uma realidade social, histórica e cultural. Ou seja, conforme o sexo biológico (pênis/vagina) com que cada um ou cada uma nasce, são “ensinados” modos específicos (modelos de gênero) de vestir-se, andar, falar, brincar, trabalhar, gesticular, namorar e cuidar do(a) outro(a).

No que se refere a metodologia utilizada para a reflexão destas experiências, o presente trabalho foi desenvolvido em diversas etapas inter-relacionadas que não seguiram uma linearidade e buscou conjugar informações provenientes de diferentes fontes. Sendo assim, a estratégia metodológica adotada envolve pesquisa bibliográfica e pesquisa documental acerca do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social com a população usuária atendida no processo transexualizador no HUPE.

SERVIÇO SOCIAL E A ATUAÇÃO JUNTO À POPULAÇÃO TRANSEXUAL

As ações relativas ao processo transexualizador no HUPE começaram em 2003 através da iniciativa de alguns médicos pesquisadores da Unidade Docente Assistencial da Urologia que desenvolviam estudos clínicos e intervenções técnicas



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



especializadas dando origem ao hoje único centro de atenção neste âmbito no estado. Naquele momento, o trabalho não conseguiu instituir uma ação profissional interdisciplinar, visto que as ações tiveram como protagonista a ação médica sobre as demais especialidades interventivas.

A inserção efetiva do Serviço Social no Processo Transexualizador começou plenamente apenas em 2010¹. Tal fato ocorreu em grande medida em função do desconhecimento/ausência de discussão da equipe de Serviço Social acerca de sua importância na área e sobre as possíveis relações daquelas ações assistenciais em saúde com o projeto ético-político da profissão.

A partir de então, a equipe de Serviço Social tem se empenhado na construção de caminhos para a intervenção em um campo pouco explorado dentro categoria. Sendo assim, consideramos que a participação em espaços de reflexão e discussão é de grande importância a fim de fomentar este debate, bem como somar esforços na luta pela efetivação de direitos dos sujeitos em questão.

As atividades realizadas pela equipe de Serviço Social no Processo Transexualizador podem ser consideradas a partir de diferentes frentes de trabalho que envolvem desde a assistência direta aos usuários/as até a participação em espaços de gestão de políticas.

No âmbito da assistência direta aos usuários/as, pode-se destacar a realização de abordagem aos mesmos/as, a prestação de orientações acerca das políticas voltadas para o segmento LGBT, do acesso ao Processo Transexualizador e orientações sociais em geral, a realização de entrevistas, estudos sociais e encaminhamentos para a rede sócioassistencial. Além disso, pode-se mencionar a realização de rodas de conversa, salas de espera e a moderação da página virtual de usuários/as.

Outrossim, avaliar que tal questão não diz respeito apenas às mulheres e homens transexuais e as travestis, mas também a seus/suas familiares, amigos/as, vizinhos/as, colegas de trabalho e outras pessoas com quem desenvolvem relações.

¹ Anteriormente a esse período, o atendimento a pessoas transexuais ocorria de modo pontual mediante as demandas esporádicas que chegavam ao “plantão social” que, em geral, se resumiam a procedimentos relativos ao Tratamento Fora de Domicílio (TFD) e aos entraves institucionais internos.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Outra frente de trabalho constituinte a ser destacada é a referente a coleta, sistematização e análise de dados. É no contexto da sistematização de dados que a equipe de Serviço Social entende, por exemplo, a participação em eventos técnico-científicos tanto da nossa categoria profissional quanto de outras áreas envolvidas na assistência a população usuária que aqui se refere. Ainda nesse âmbito, é realizado levantamento de dados a partir de prontuários, estudos sociais e atendimentos realizados pela equipe.

Outra frente a ser destacada é a que diz respeito ao fortalecimento das ações político-institucionais da população usuária. Faz parte do cotidiano profissional pensar ações e estratégias que visam fomentar a autonomia e protagonismo da população atendida pelo Processo Transexualizador.

A formação profissional constitui-se enquanto outra frente no trabalho da equipe, uma vez que se trata de um espaço socio-ocupacional de um hospital universitário, com inserção constante de residentes e estagiários.

Finalmente, é importante realizar destaque também para a articulação em espaços de controle social e gestão como uma importante frente de trabalho, através da participação em reuniões junto ao Ministério da Saúde, articulação com Defensoria Pública, Ministério Público e participação no Comitê de Saúde LGBT. A participação nesses espaços é considerada estratégica no sentido de possibilitar que levemos a vivência cotidiana no serviço e demandas dos usuários/as para discussão dentro de uma perspectiva de garantia e ampliação de direitos, além da contribuição para construção e materialização da política de saúde LGBT.

CONSIDERAÇÕES

Durante o ano de 2014 houve um grande investimento no trabalho envolvendo a articulação institucional tanto internamente, com o envolvimento de diversos agentes institucionais buscando a construção de uma linha de cuidados a/ao usuário/a transexual dentro da unidade de saúde, quanto externamente envolvendo toda tessitura de uma rede de serviços cuja meta é a construção de uma



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
**SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL**

Política de Atenção Integral a Pessoa Transexual e Travesti no Estado do Rio de Janeiro.

Inúmeros são os desafios enfrentados por nossa equipe, uma vez que, apesar de estarmos operando com uma política pública regulamentada, esta ainda não está consolidada. Dentre eles, encontram-se o de institucionalizar o serviço, ou seja, provocar um deslocamento do âmbito médico/particular para uma abordagem mais institucional, provocar mudanças na abordagem centrada no diagnóstico/cirurgia, reafirmando a transexualidade enquanto uma identidade de gênero e não uma patologia, estimular a circulação do usuário dentro do hospital e da universidade, trabalhar para o respeito ao nome social dentro do hospital em todos os setores, e divulgar a existência do programa entre os funcionários

Assim sendo, o processo transexualizador é colocado pelo poder público como direito e, por isso, geram expectativa de efetivação por parte dos usuários e usuárias que reivindicam as instituições públicas e ao poder judiciário o acesso e o usufruto de algo que não conseguiu se materializar plenamente até então. Tal política enfrenta um caminho tortuoso que precisamos trilhar em busca de sua plena efetivação como uma política garantidora de cidadania.

Para efetivação do Processo Transexualizador em moldes democráticos, este deve ser pensado a partir do ideário da Reforma Sanitária idealizada nos anos 1980 através de alguns princípios e diretrizes fundamentais: universalidade, integralidade, equidade, regionalização, controle social, participação, Interdisciplinaridade e intersetorialidade. Além disso, é preciso que se compreenda tal política enquanto um conjunto de práticas e concepções ainda em construção e prenhe de contradições e insuficiências.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. S. “Repercussões sociais da assistência à saúde transexual”. In: Eloísio Alexsandro da Silva (org.). *Transexualidade: princípios de atenção integral à saúde*. 01 ed. Rio de Janeiro: Santos- Grupo GEN, 2011, V., p. 01-260.

ARÁN, M. “Transexualidade e políticas públicas no Brasil”. *Anais do Seminário Fazendo Gênero 8- corpo, violência e poder*, Florianópolis, 2008.

BENTO, B. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL, Portaria 457 de 19 de agosto de 2008.

BRASIL. *Lei Orgânica da Saúde*. Lei n. 8080 de 19 de setembro de 1990.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
**SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL**

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.1.820 de 18 de agosto de 2008. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 19 ago. 2008.

CFESS. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.

LIONÇO, Tatiana. “Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios”. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, n. 19, vol. 1, p. 43-63, 2009.

MELO A. ALMEIDA, G. “Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional”. In: CFESS/ABEPSS. Capacitação em Serviço Social. Brasília: CFESS/UnB, módulo 4, 2000.